

Digitalização de documentos, direitos digitais e garantia de projetos de qualidade: modelo de produtividade para arquivos, bibliotecas e museus.

Pablo Soledade¹, Zeny Duarte de Miranda²

¹ <https://orcid.org/0000-0001-5324-3135>. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. pablosoledade@gmail.com.

² <https://orcid.org/0000-0003-0365-6905>. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. zenydu@gmail.com.

Resumo:

Trata-se de pesquisa cujo objetivo é demonstrar apontamentos para a sistematização e aplicabilidade de um Modelo de Produtividade de Digitalização (MPD) aos documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, corroborando com a ampliação do acesso à informação, ancorado sob a ótica dos direitos digitais tendo como ponto fundamental as ações de preservação de acervos documentais de unidades de informação. Essa pesquisa, em seu texto completo, com base num arcabouço teórico, prático e jurídico, vislumbra disponibilizar conteúdo para garantir melhores práticas em projetos de digitalização, no sentido de possibilitar produtividade, interseção harmoniosa entre quantidade e qualidade dos trabalhos que vem sendo executados por instituições e pessoas. Os resultados preliminares, visto esta pesquisa ainda está em andamento, evidenciam melhoria na produtividade, e que esse modelo pode ser utilizado em projetos de digitalização tanto para acervos de arquivos, bibliotecas, quanto de museus. A metodologia apresenta-se como pesquisa documental, analisando relatórios de produção em projetos para identificação dos pontos essenciais. A digitalização de documentos, também conhecida como transladação ou conversão digital, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (DIBRATE, 2005) é o processo de conversão de um documento para o formato digital por meio de dispositivo apropriado, como um escâner. Entende-se, no entanto, que não ocorre bem uma transformação, e sim a geração de um representante digital. Se tomarmos o exemplo da fotografia, ficará fácil a compreensão deste fenômeno, ao fotografarmos uma pessoa num banco da praça, ao reproduzirmos esta imagem na tela de nosso celular, ocorreu ali a captura da representação desta pessoa, e não uma transformação ou conversão desta pessoa para um outro formato. A pessoa continua existindo, da mesma forma física, ou seja, não foi transformada, não foi desmaterializada. Inclusive, a discussão sobre materialização ou desmaterialização é por demais complexa para determinarmos como conceitos concretos para este processo de digitalização, na qual entende-se representada sob a ótica da representação da informação. Os resultados da pesquisa em andamento apontam também que a digitalização de documentos vem sendo realizada de forma pragmática pelas pessoas e inclusive por empresas que se dizem especializadas, mas não possuem o domínio jurídico, teórico e práticos necessários. É hora de digitalizar com qualidade. Essa frase permeia esta discussão, nela estão embutidos princípios e práticas que atrelam elementos da Administração, especialmente da Gestão de Projetos, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), aliadas à Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Entende-se que a digitalização de documentos envolve as etapas de recepção, conferência, preparo, captura, indexação, controle de qualidade, remontagem e devolução do documento. Denota-se a falta na literatura brasileira de termo que venha englobar todo o processo, visto que este traz uma compreensão de “tornar digital”, destacada no DIBRATE. A captura da imagem torna-se aparentemente o único ponto a focar, o único

momento do “digitalizar”. Mas, e as outras etapas mencionadas? Utilizou-se como referencial normas do Conselho Nacional de Arquivos, a legislação brasileira, o guia *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK) para gerenciamento de projetos, teses, dissertações e artigos de autores com relevantes trabalhos produzidos na temática digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos.